

Maquiavel, Weber e a política

**Daniela
Leandro
Rezende**

Graduanda do
Curso de Ciências
Sociais / UFMG

RESUMO: O objetivo do artigo é esboçar uma comparação entre o pensamento de Maquiavel e o de Weber a respeito da política, abordando as noções de ética, poder, violência, estabelecendo, por fim, um paralelo entre o “príncipe” e o “líder político”.

ABSTRACT: This paper seeks to draw a comparison between Machiavelli's and Weber's writings about politics, using the concepts of ethics, power and violence, establishing a parallel between the “prince” and the “political leader”.

Palavras-chave:

Maquiavel, Weber,
política e poder.

Keywords:

Machiavelli, Weber,
politics, power.

Em *O Príncipe*, Maquiavel apresenta uma concepção inovadora a respeito da política, por desenvolver uma análise de caráter realista, baseada na “experiência das coisas modernas e no estudo das antigas”, pretendendo tratar da “verdade efetiva das coisas” (1993, p.126). Assim, o autor afasta da atividade política as “ilusões” que a encobriam, como a moral e a religião (as idéias de teocracia, justiça, bondade, vontade divina), promovendo a “autonomia da política”. Isto quer dizer que

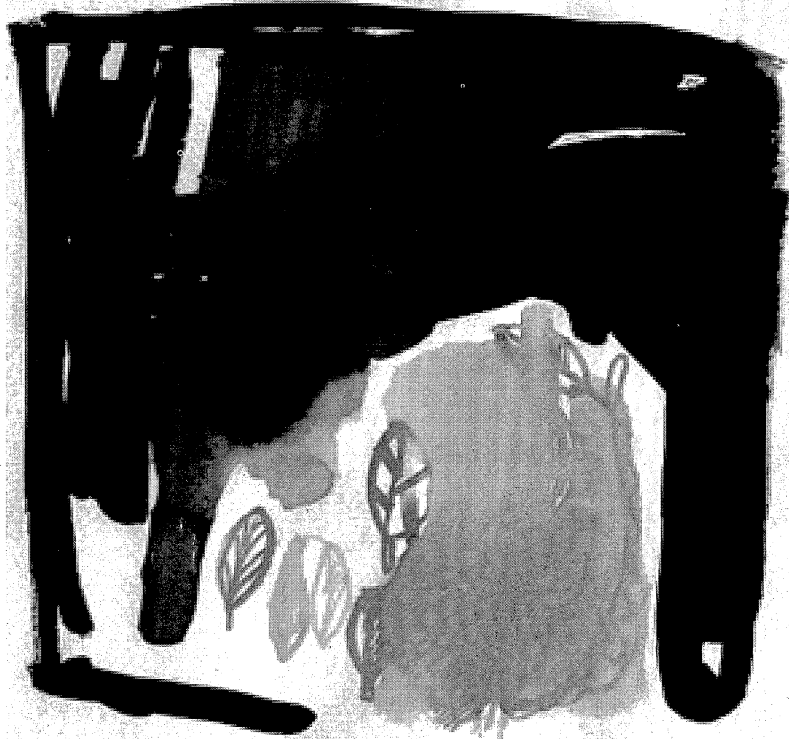
“o poder e a política, neste caso, não precisam mais buscar fora de si a sua justificação. A política não mais se funda numa ordem cosmológica, no poder divino, ou num conjunto de valores morais que viessem a estabelecer parâmetros para a ação do governante” (Gomes, 1989, p.62)

Tal atividade está, então, relacionada à conquista e manutenção de domínios. O príncipe, ator político por excelência, deve saber como obter e como conservar seu poder. Para alcançar este objetivo pode utilizar como principal recurso a força, mas a necessidade do uso deste recurso varia de acordo com a situação. No caso do principado hereditário, os

súditos estão “acostumados à dinastia de seus príncipes”, podendo-se fazer menor uso de força para dominá-los, enquanto que o principado conquistado exige uso intenso de força para que os súditos submetidos possam crer no príncipe e aceitar seu domínio. Segundo Sheldon Wolin,

“Con Maquiavelo (...) el Estado fue directamente encarado como una suma de poder, cuyo perfil era el da violencia. Maquiavelo opinaba que los elementos vitales de la actividad política no podían ser controlados ni orientados sin aplicar la fuerza y al menos la amenaza de violencia” (Wolin, 1960, p. 238).

Nesse contexto, o exército tem extrema importância, consistindo num dos principais recursos do Príncipe que quer se manter no poder e preservar o Estado. O melhor exército de que o príncipe pode dispor é um exército próprio e não o formado por mercenários, pois este lhe garante mais segurança. Além disso, o príncipe deve ser conhecedor da arte da guerra, o que o faz estimado pelos soldados e lhe garante a confiança dos mesmos. A guerra deve ser cultivada até mesmo nos tempos de paz,



através de obras (caçadas e treinamento) e da mente (estudo dos feitos e conquistas dos grandes homens):

"Según el consejo de Maquiavelo, la política adecuada consistía en mantener pobre la ciudadanía y poner al estado en pie de guerra permanente, asegurando así una constante necesidad de los servicios de los grandes" (Wolin, 1960, p.236).

Entretanto, se a violência é indispensável à atividade política e à manutenção do poder, esse meio deve ser controlado, calculado ou utilizado com prudência, pois possui eficácia limitada e seu uso abusivo poderia transformar o príncipe em tirano.

"São bem empregadas as crueldades (se é legítimo falar bem do mal) que se fazem de uma só vez pela necessidade de garantir-se e depois não se insiste mais em fazer, mas rendem o máximo de utilidade possível para os súditos. Mal empregadas são aquelas que, ainda que de início sejam poucas, crescem com o tempo, ao invés de se extinguirem" (Maquiavel, 1993, p.43).

Wolin considera que o reconhecimento do limite da força leva a uma "economia da violência", noção que pressupõe o uso estrategicamente calculado dos recursos de poder à disposição do governante.

"Una economía de la violencia [es] (...) una ciencia de la aplicación controlada de la fuerza. Tal ciencia tendría por tarea proteger el límite que separaba la creatividad política de la destrucción. (...) toda aplicación [de violencia] debía ser meditada judiciosamente, porque el ejercicio indiscriminado de la fuerza y el constante reavivamiento del temor podían provocar el mayor de todos los peligros para cualquier gobierno: ese tipo de difundida aprensión y odio que empujaba a los hombres a la desesperación" (Wolin, 1960, p.239).

Segundo Maquiavel, a ação política é também influenciada por outros elementos, como a fortuna e a virtù. Para o autor, a fortuna é o acaso, o destino, a sorte, elemento incerto que pode beneficiar ou prejudicar o príncipe, que deve se prevenir agindo com virtù. Essa é uma espécie de qualidade essencial do príncipe, que não se confunde com virtude (bondade, justiça, excelência moral ou santidade), estando mais próxima de uma certa flexibilidade ética expressando-se como uma capacidade de adaptação do comportamento de acordo com o contexto ou com cada situação em particular. Relaciona-se com a prudência e com as características de "leão" (força, coragem) e "raposa" (astúcia) que o príncipe deve imitar. A virtù coloca em pauta a questão da ética: o príncipe, possuidor de virtù, é a-ético ou antiético? Ou ainda, há uma "ética política" que o orienta?

Como pode ser percebido na obra de Maquiavel, o príncipe não se guia por uma ética ou moral religiosas, ele não tem a justiça ou a bondade como princípios orientadores de suas

ações, que não são moralmente orientadas porque têm em vista a obtenção e conservação do poder. Assim, em um mundo instável e em movimento constante, o príncipe não pode agir de forma estática, inflexível, devendo adaptar-se às circunstâncias. Os princípios morais seriam, pois, limitações à ação política, podendo levá-la ao fracasso. Wolin afirma que quando os valores morais limitam o comportamento do ator político, entra em jogo uma ética especificamente política. Tal argumento pode ser bem ilustrado com as seguintes passagens extraídas de *O Príncipe*:

"Daí ser necessário a um príncipe, se quiser manter-se, aprender a poder não ser bom e a se valer ou não disto segundo a necessidade. (...) Também não deverá importar-se de incorrer na infâmia dos vícios sem os quais lhe seria difícil conservar o estado porque, considerando tudo muito bem, se encontrará alguma coisa que parecerá virtù e, sendo praticada, levaria à ruína; enquanto uma outra que parecerá vício, quem a praticar poderá alcançar segurança e bem-estar (...) todo príncipe deve desejar ser considerado piedoso e não cruel; entretanto, devo adverti-lo para não usar mal esta piedade. (...) Um príncipe deverá portanto não se preocupar com a fama de cruel se desejar manter seus súditos unidos e obedientes" (Maquiavel, 1993, p. 72-74,78).

Sheldon Wolin diz que os valores políticos que o príncipe deve aparentar são como uma máscara, não tendo valor intrínseco, ou seja, não eram valores que o príncipe "cultivava", mas artifícios de que ele se valia para "enganar" o povo, continuando a agir com astúcia. Assim, Maquiavel prescreve ao príncipe:

"deves parecer clemente, fiel, humano, íntegro, religioso - e sê-lo, mas com a condição de estares com o ânimo disposto a, quando necessário, não o seres de modo que possas e saibas como tornar-te o contrário. (...) sendo-lhe freqüentemente necessário, para manter o poder, agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião. (...) não se afastar do bem, mas saber entrar no mal, se necessário" (id., ibid, p. 84).

Num mundo em que a bondade não é virtude de todos, o príncipe não pode ser bom sempre, devendo ser cruel quando preciso pois, lembrando Weber, parte-se do pressuposto de que na esfera política não é a ética da convicção que impera. Além disso, na política, uma ação praticada com bondade não necessariamente se converte em bons resultados e o que importa não é a intenção do príncipe e sim o resultado de sua ação:

"(...) o que conta por fim são os resultados. Cuide pois o príncipe de vencer e manter o estado: os meios serão sempre julgados honrosos e louvados por todos, porque o vulgo está sempre voltado para as aparências e para o resultado das coisas, e não há no

mundo senão o vulgo; (...) Não se acredite que estado algum possa sempre tomar decisões seguras. Pelo contrário, deve-se levar em conta que as decisões são todas dúbias, pois isto se inscreve na ordem das coisas, e não se consegue jamais escapar de um inconveniente sem recair em outro. Contudo, a prudência consiste em saber reconhecer a natureza dos inconvenientes e tomar os menos maus como satisfatórios" (id., ibid., 85, p. 108).

Conclui-se, pois, que o príncipe de Maquiavel é um partidário da "ética da responsabilidade", ou seja, uma ética orientada para a obtenção de resultados, ligada à ação caracterizada por Weber como ação racional referente a fins, ou seja, uma "ação instrumental", que visa à adequação entre fins e meios de modo a se alcançar certo objetivo.

Contudo, Maquiavel afirma que o príncipe deve respeitar alguns valores, como a propriedade e a honra de seus súditos, devendo ser temido mas não odiado, pois seu pior inimigo é o ódio do povo. Ele deve, portanto, procurar ser reverenciado e estimado pelo povo, conquistar boa reputação, promover festas e dar atenção às diversas coletividades que estão sob seu domínio. Deve cultivar também o carisma, já que o príncipe deve ser reverenciado e respeitado, conseguindo tal status através da realização de grandes empreendimentos e dando grandes exemplos, fazendo com que suas ações causem grande comentário.

Pode-se perceber aqui que o autor marca uma distinção entre o príncipe e o tirano, pois este último seria aquele que não respeita os valores dos súditos e não seria reverenciado e respeitado por eles. No entanto, talvez a principal diferença entre o príncipe e o tirano não esteja no carisma e sim no uso controlado e calculado da violência (príncipe) em oposição ao uso desmedido da mesma (tirano). Por fim, à luz da teoria weberiana, pode-se considerar o príncipe como um precursor da autoridade de tipo racional-legal e que possui ainda atributos de persuasão e influência sobre os governados e sobre os adversários (traços característicos da autoridade carismática weberiana).

Maquiavel foi o precursor da teoria política moderna, ao emancipar a atividade política da religião e da moral e ao conferir-lhe meios (violência, força) e finalidades (conquista e manutenção de domínios, quer dizer, de poder) próprios. Essas inovações constituiriam a base da teorização moderna sobre a política, incluindo aqui as análises políticas de Max Weber.

No texto *A política como vocação*, Weber retoma algumas questões que já estavam presentes em *O Príncipe*, como a natureza da política, do poder, da violência e da ética. Trata também de tipo de um líder político, o político "por vocação", aquele que consegue conciliar valores éticos e a atividade política e que não se confunde com o príncipe maquiaveliano, apesar

de ambos apresentarem algumas semelhanças.

Segundo Weber, a política é definida como "conjunto de esforços feitos visando a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder" (2003, p. 60) e está relacionada ao Estado contemporâneo, comunidade política que se estabelece em um território e que tem como meio específico de imposição e consolidação, o uso legítimo da violência física. Em última instância, a política para Weber, assim como para Maquiavel, liga-se à violência, mas o Estado contemporâneo é *reconhecido* pelos súditos como único ente ou ator político que pode vir a exercer a coação física, sendo esta uma espécie de *ultima ratio*.

É importante dizer que Weber também postula a autonomia da política, quer dizer, considera que a esfera política se racionalizou e desenvolveu uma lógica própria, que a torna diferente da esfera econômica e religiosa, por exemplo. Maquiavel dá sinais dessa autonomia, porém ela se restringe à autonomia da teoria política, que passa a considerar a política como aspecto separado da religião (desenvolvimento de uma linguagem própria, por exemplo), não havendo essa separação 'na prática'. Além disso, Weber condiciona a racionalização da esfera política à existência de um Estado que tem como instrumento de atuação a burocracia, definida como um corpo de funcionários altamente especializados que cumpre suas tarefas de acordo com regras racionais e impessoais, o que garante uma despersonalização da esfera política.

O Estado exerce uma dominação do tipo racional-legal, baseada na "crença na validade de um estatuto legal e de uma 'competência' positiva" (2003, p.61). Há ainda, segundo Weber, uma outra forma de dominação característica da política moderna, que se fundamenta na crença nas qualidades pessoais do chefe, na fé que os súditos depositam nele, a dominação de tipo carismático. Esta seria exercida, segundo o autor, pelo líder, o profeta, o político vocacionado, pois o carisma pode estimular a vocação política.

"Se se abandonam ao carisma do chefe algumas pessoas (...) significa isto que estes passam por estar interiormente 'chamados' para o papel de condutores de homens e que a ele se dá obediência não por costume ou por força de uma lei, mas porque neles se deposita fé. Caso esses homens não sejam meros aproveitadores do momento, viverão para seu trabalho e procurarão realizar uma obra" (Weber, 2003, p.62).

Porém, este autor considera que o político vocacionado não é a figura predominante no jogo político. Os homens políticos dispõem de outros meios para fazer valer sua autoridade, um "estado-maior administrativo" e "meios materiais de gestão", quer dizer, uma burocracia de estado ou funcionários especializados e recursos financeiros, infraestrutura etc. O Estado moderno monopoliza

esses "meios materiais de gestão", expropriando os funcionários que antes detinham a posse de tais meios. O autor afirma que durante esse processo de expropriação começam a surgir "políticos profissionais" que se colocavam a serviço do príncipe, tendo essa atividade como "ganha-pão" e "conteúdo moral para suas vidas".

O autor passa então à análise das formas de se exercer a política, explorando a noção de "vocação política". Segundo ele, pode-se "viver 'para' a política" e pode-se "viver 'da' política", quer dizer, a política pode ser um objetivo de vida ou pode ser um "ganha-pão", sendo que essas modalidades não são exclusivas.

"Quem vive 'para' a política a transforma, no sentido profundo do termo, em 'objetivo de sua vida', seja porque encontra forma de gozo na simples posse do poder, seja porque o exercício dessa atividade lhe permite achar equilíbrio interno e exprimir valor pessoal, colocando-se a serviço de uma 'causa' que dá significação à sua vida. Nesse sentido profundo, todo homem sério, que vive para uma causa, vive também dela. (...) Do que vê na política uma permanente fonte de rendas, diremos que 'vive da política' e diremos, no caso contrário que 'vive para a política'" (id., ibid., p. 68).

O aspecto econômico deve ser considerado, pois se pode inferir que somente pessoas que possuam alguma fonte de renda ou que não necessitem de 'salário' para viver poderiam "viver para a política". Caso contrário, se pessoas desprovidas de renda pretenderem dedicar-se à política, é necessário que elas recebam uma remuneração. Assim, o "político profissional" passa a ser um funcionário remunerado. A política passa a ser uma empresa, em que há dois tipos de funcionários, os funcionários políticos e os de carreira (burocracia estatal). Ambos se distinguem do chefe político, porque exercem a política não como vocação, mas como função administrativa, adotando uma postura apartidária. Já o chefe político atua apaixonadamente, devendo lutar por uma causa:

"Reside a honra do funcionário em sua capacidade de executar conscienciosamente uma ordem, sob responsabilidade de uma autoridade superior, mesmo que - desprezando a advertência - ela se obstine a seguir uma trilha errada. O funcionário deve executar essa ordem como se ela correspondesse a suas convicções. (...) Contrariamente, a honra do chefe político reside consiste justamente na responsabilidade pessoal exclusiva por tudo quanto faz, responsabilidade que ele não pode rejeitar, nem delegar" (id., ibid., p. 82)

Percebe-se aqui mais uma semelhança entre o chefe político e o príncipe, que deve evitar a neutralidade e, durante conflitos, aliar-se a um dos lados conflitantes. Entretanto, essa

"aliança", para o príncipe, não é sinal de paixão ou convicção, mas antes de astúcia e prudência¹, enquanto que o político vocacionado se "alia" ou se posiciona contra ou a favor de uma causa baseando-se em suas convicções, em suas crenças e ideais.

Segundo Weber, é com o surgimento dos partidos políticos modernos que a figura do "político profissional" ganha destaque. Ele é fruto da democracia e do sufrágio universal, que tornam necessária uma estrutura capaz de "recrutar e organizar as massas" (ou os "politicamente passivos"). Então, os militantes e os funcionários permanentes detêm o poder, estabelecem programas e decidem candidaturas, esperando, sempre, que a vitória do chefe possa beneficiá-los:

"Segundo a ótica psicológica, uma das mais importantes forças motrizes com que possa contar o partido político reside na satisfação que o homem experimenta por trabalhar com a devoção de um crente em favor do êxito da causa de uma personalidade e não somente em favor das abstratas mediocridades de um programa. Nisso é que consiste exatamente o poder 'carismático' do chefe" (Weber, 2003, p. 92).

O chefe político é aquele que faz a opção pela carreira política como sua "missão", como uma "vocação". Tal carreira pode trazer-lhe algumas 'benesses', como o sentimento de participar no poder, possuindo em suas mãos "um elemento importante da história que se constrói". Mas, para ser um verdadeiro político são necessárias algumas qualidades que esbarram na "esfera dos problemas éticos".

Weber afirma que três qualidades são indispensáveis ao político vocacionado: "paixão, sentimento de responsabilidade e senso de proporção". A paixão se refere à defesa de uma "causa", ao que o político deve se entregar e lutar por ela. Porém, sem o sentimento de responsabilidade, tal paixão é infrutífera, não conduz a nada. Além dessas duas características, é necessário o senso de proporção, ou seja, saber agir com recolhimento, mantendo distância dos homens e das coisas. Há ainda uma característica que pode ser tida como um inimigo para o homem político, a vaidade. Esta se caracteriza pelo desejo do poder para a exaltação pessoal, não vinculado a uma causa, induzindo o homem político a cometer algum dos pecados em política: a não-dedicação a uma causa e a falta do sentimento de responsabilidade. O autor condena a busca do "poder pelo poder", que move o político "pecador":

"Política desse naipe não passa jamais de produto de um espírito embotado, soberanamente superficial e medíocre, incapaz de apreender qualquer significação da atividade humana. Aliás, nada está mais afastado da consciência do trágico, de que se penetra toda ação, e, principalmente, toda ação política do que essa mentalidade"

¹ "Um príncipe também é estimado quando (...) declara-se a favor de um e contra o outro. Esse partido é sempre melhor do que se manter neutro, (...) o vencedor não vai querer amigos suspeitos que não o ajudaram na adversidade, ao passo que o perdedor te rejeitará porque não quiseste (...) partilhar de sua sorte" (Maquiavel, 1993, p. 106).

(id., ibid., p. 109).

Além disso, mesmo que na atividade política o resultado das ações do homem político não corresponda à sua intenção, não se deve fugir à devoção a uma causa, pois é essa causa que confere "coerência interna" às ações do homem político e sem ela, "a inanidade da criatura eclipsará até mesmo o êxito político mais consistente".

Parece-me, neste caso, que o homem político de Weber e o príncipe maquiaveliano se aproximam, pois ainda que se possa dizer que o príncipe busca o "poder pelo poder", Maquiavel termina por fazer um apelo a Lorenzo de Médici para que use seus ensinamentos para tornar-se um líder capaz de promover a unificação da Itália. Pelo menos aí há uma causa maior que deverá orientar as ações do príncipe. Entretanto, ainda que se possa reconhecer tal proximidade, Weber se refere à devoção a uma causa como justificativa interior e pessoal para agir. Tal devoção, esse chamado, a vocação política do líder, é uma forma dele perceber que há uma certa integridade ética no que ele faz, que há uma "coerência interna" em suas ações que faz com que ele, apesar de sua inevitável incompletude enquanto ser cultural, sinta-se completo e realizado na atividade que desenvolve. A vocação nos remete, então, à discussão de qual é a ética que se desenvolve na política.

O problema da ética apresenta duas opções, de acordo com Weber: a ação orientada pela intenção, em que impera uma ética da convicção e a ação orientada para o êxito, que exprime uma ética da responsabilidade. Esses caminhos são opostos, sendo que para o partidário da ética da convicção o que vale é que sua ação exprima uma intenção, um valor, não importando o resultado final de seu ato. Já para aquele que age com base numa ética da responsabilidade, as conseqüências da ação recaem diretamente sobre ele, devendo o agente se prevenir contra "as fraquezas comuns dos homens":

"Aquele que toma o partido da ética da convicção só se sentirá 'responsável' pela necessidade de velar em favor da chapa da doutrina pura (...) Seus atos, que podem apenas e apenas devem ter valor exemplar, mas que, considerados do ponto de vista do objetivo essencial, aparecem como totalmente irracionais, objetivam apenas àquele fim: estimular continuamente a chama da própria convicção. (...) Contrariamente, o partidário da ética da responsabilidade contará com as fraquezas comuns dos homens (...) e entenderá que não pode lançar a ombros alheios as conseqüências previsíveis de sua própria ação" (id., ibid., p. 115).

No texto "Excurso - Teoria de los Estados y Direcciones del Rechazo Religioso del Mundo", o autor deixa claro que a "ética da política" não se confunde com a "ética da fraternidade", sendo antes contrária a esta. Segundo, ele, a modernidade é um período de racionalização e

autonomização das várias esferas da vida. Economia, artes, erotismo, política e religião são aspectos distintos da cultura, cada um possuindo uma racionalidade própria, princípios peculiares. Especificamente, a relação conflituosa entre uma ética religiosa e a esfera política se dá principalmente porque o meio específico e legítimo da política é a violência.

Assim, em *A política como vocação* o autor apresenta a "ética do Evangelho" como a ética do "tudo ou nada", que postula também o dever da verdade. Tal ética só é possível de ser vivenciada pelo santo, que se entrega a ela profundamente, fazendo com que ela "adquiria sentido e exprima certa dignidade". Além disso, esta não se ocupa das conseqüências das ações.

O autor considera também que nenhuma ética indica em que momento deve-se recorrer a meios moralmente condenáveis para se buscar um "objetivo moralmente bom". A ética da convicção é colocada em xeque pelo "problema da justificação dos meios pelos fins". Porém, a ética religiosa (marcada pela ética da convicção) se adaptou de variadas maneiras a esse problema da relação entre fins e meios, como Weber busca mostrar.

Como vimos, a relação entre ética e política é conflitante porque o instrumento da política é a violência. Por conseguinte, o homem político deve ter em mente que está exposto às conseqüências decorrentes do uso de tal meio. Além disso, o líder não pode determinar o resultado de sua ação porque ela depende também das exigências de seus aliados. Assim, a opção pela política implica uma renúncia à "salvação":

"Qualquer um que deseje dedicar-se à política e, em especial, aquele que deseja dedicar-se à política em termos de vocação deve tomar consciência desses paradoxos éticos e da responsabilidade quanto àquilo que ele próprio poderá transformar-se sob pressão daqueles paradoxos. Repito que ele se compromete com potências diabólicas que atuam com toda a violência" (id., ibid., p. 121).

O homem político, portanto, deve se dedicar à política como "objetivo de sua vida", considerando que sua escolha pela atividade implica a renúncia ao usufruto dos benefícios trazidos pela dedicação a outras esferas. Ele deve também não fazer uma opção pela ética da responsabilidade ou pela ética da convicção, sendo que na política essas éticas se complementam para formar o político vocacionado. Assim, o político por vocação não deve agir tendo em vista somente os resultados que poderá obter, não deve ser excessivamente pragmático ou realista; ele deve se orientar por valores, construir ideais, ou seja, deve visar sempre às três características que lhe são essenciais: a paixão por uma causa, o sentimento de responsabilidade e o senso de proporção. É uma tarefa árdua, sem dúvida.

"A política é um esforço tenaz e enérgico para

atravessar grossas vigas de madeira. Um esforço desse tipo exige, a um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer (...) que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível"(id., ibid., P.124).

Numa época em que a atividade política se pauta pela impessoalidade, pela racionalização, pelo pragmatismo, emerge a vocação política como forma de conferir "sentido" à atuação nessa esfera, como forma de se tornar "íntegro" e "coerente" num mundo cada vez mais fragmentado.

Por fim, penso que apesar das concepções de política de Weber e Maquiavel se aproximarem,

o príncipe e o político vocacionado apresentam "posturas" diferentes, talvez pela época em que um e outro atuam, pois o príncipe é característico de uma época mais feudal, de conquistas, guerras intensas, conspirações, em que a centralização do poder político começava a ocorrer, enquanto o político por vocação emerge com o surgimento do Estado contemporâneo, impessoal e racional. Mas, como foi mostrado no decorrer deste ensaio, há certas semelhanças entre os dois atores políticos estudados, como o recurso à força como meio da ação política, a ação instrumental e o exercício de um poder com um certo caráter pessoal.

BIBLIOGRAFIA

- CHAUÍ, Marilena. (1995), *Convite à filosofia*. 4ª edição, São Paulo, Ática, pp.367-79.
- GOMES, João Carlos Lino.(1989), *Maquiavel e a moderna concepção do político*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, datilo.
- MAQUIAVEL, Nicolau. (1993), *O príncipe*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo, Martins Fontes.
- WEBER, Max. (2003), "A política como vocação", in M. Weber, *Ciência e política: duas vocações*. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret.
- _____. (1992), "Excurso - Teoria de los Estadios e Direcciones del Rechazo Religioso del Mundo", in *Ensayos Sobre Sociología de la Religión*, I. Madri, Taurus Ediciones.
- WOLIN, Sheldon. (1960), *Política y perspectiva: continuidad e cambio en el pensamiento político occidental*. Buenos Aires, Amorrortu Editores, pp. 210-56.